



Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

**Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores**

UMA ANÁLISE DE: HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I: A VONTADE DE SABER EM DIÁLOGOS ENTRE MICHEL FOUCAULT, JUDITH BUTLER, GILLES DELEUZE E ACHILLE MBEMBE

ANALYSIS OF: HISTORY OF SEXUALITY I: THE WILL TO KNOW IN DIALOGUES BETWEEN MICHEL FOUCAULT, JUDITH BUTLER, GILLES DELEUZE AND ACHILLE MBEMBE

Alice dos Santos Mendes Gabriel

RESUMO

O presente artigo analisa as relações entre poder, biopoder, biopolítica, sexualidade e processos de subjetivação a partir do capítulo V da obra *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (1999), de Michel Foucault. O estudo dialoga ainda com as contribuições de Judith Butler (2018), Gilles Deleuze (2013) e Achille Mbembe (2018), estabelecendo aproximações entre os conceitos de performatividade, sociedade de controle e necropolítica. O problema da pesquisa consiste em compreender como os mecanismos de poder produzem discursos sobre a sexualidade e influenciam a constituição dos sujeitos nas sociedades modernas e contemporâneas. O objetivo geral consiste em analisar a transformação das formas de exercício do poder descritas por Michel Foucault (1999), destacando a passagem do poder soberano para o biopoder e suas implicações na produção das subjetividades. Como objetivos específicos, busca-se compreender a constituição histórica dos dispositivos de sexualidade, discutir as formas de resistência presentes nas relações de poder e relacionar as contribuições foucaultianas aos debates contemporâneos desenvolvidos por Butler (2018), Deleuze (2013) e Mbembe (2018). A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e fundamentada na análise interpretativa das obras dos autores selecionados. A metodologia baseou-se na leitura crítica da literatura especializada, buscando identificar aproximações teóricas entre os conceitos de poder, sexualidade, biopolítica, performatividade, controle e necropolítica. Os resultados demonstram que o poder moderno ultrapassa a lógica da repressão, passando a atuar por meio da produção de discursos, saberes e práticas que regulam os corpos e administram a vida das populações. Evidencia-se que a sexualidade constitui um dos principais dispositivos de exercício do biopoder, ao mesmo tempo em que se apresenta como espaço permanente de resistência e produção de novas subjetividades. As contribuições de Butler (2018), Deleuze (2013) e Mbembe (2018) ampliam a compreensão das transformações contemporâneas dos mecanismos de poder, evidenciando novas formas de controle, exclusão e resistência presentes nas



sociedades atuais.

Conclui-se que o pensamento foucaultiano permanece fundamental para compreender os processos de constituição dos sujeitos e as formas contemporâneas de governo da vida. O diálogo com Butler (2018), Deleuze (2013) e Mbembe (2018) amplia essa perspectiva ao evidenciar que as relações de poder continuam produzindo identidades, regulando comportamentos e definindo quais vidas são protegidas, controladas ou expostas à vulnerabilidade.

Palavras-chave: Biopolítica. Discurso. Genealogia. Poder. Sexualidade.

ABSTRACT

This article analyzes the relationships between power, biopower, biopolitics, sexuality, and processes of subjectivation based on Chapter V of *The History of Sexuality: The Will to Knowledge* by Michel Foucault (1999). The study also establishes a dialogue with the contributions of Judith Butler (2018), Gilles Deleuze (2013), and Achille Mbembe (2018), relating the concepts of performativity, control society, and necropolitics. The research problem seeks to understand how mechanisms of power produce discourses on sexuality and influence the constitution of subjects in modern and contemporary societies. The general objective is to analyze the transformation of the forms of power described by Michel Foucault (1999), emphasizing the transition from sovereign power to biopower and its implications for the production of subjectivities. Specifically, the study aims to examine the historical constitution of the dispositifs of sexuality, discuss forms of resistance within power relations, and relate Foucault's contributions to the contemporary debates developed by Butler (2018), Deleuze (2013), and Mbembe (2018). This is a qualitative bibliographic study based on the interpretative analysis of the selected authors' works. The methodology relied on critical reading of specialized literature, seeking theoretical convergences among the concepts of power, sexuality, biopolitics, performativity, control, and necropolitics. The findings indicate that modern power extends beyond repression by producing discourses, knowledge, and practices that regulate bodies and manage the life of populations. Sexuality emerges as one of the principal dispositifs of biopower while simultaneously functioning as a permanent space of resistance and the production of new subjectivities. The contributions of Butler (2018), Deleuze (2013), and Mbembe (2018) broaden the understanding of contemporary transformations of power, highlighting new forms of control, exclusion, and resistance. It is concluded that Foucault's thought remains essential for understanding the constitution of subjects and contemporary forms of governing life. The dialogue with Butler (2018), Deleuze (2013), and Mbembe (2018) expands this perspective by demonstrating that power relations continue to produce identities, regulate behaviors, and determine which lives are protected, controlled, or exposed to vulnerability.

Keywords: Biopolitics. Genealogy. Power. Sexuality. Speech.

1. INTRODUÇÃO

As discussões acerca das relações entre poder, sexualidade e produção das subjetividades ocupam posição central na filosofia contemporânea, especialmente a partir das contribuições de Michel Foucault. Em *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (1999), o autor rompe com a



interpretação tradicional de que a sexualidade foi historicamente reprimida pelas instituições sociais e demonstra que o poder moderno opera, sobretudo, pela produção de discursos, saberes e mecanismos de normalização. A sexualidade deixa de ser compreendida apenas como uma dimensão privada da existência para tornar-se objeto privilegiado das estratégias de governo da vida, revelando novas formas de controle social que atravessam os corpos, os comportamentos e as identidades.

O tema deste artigo concentra-se na análise das relações entre biopoder, biopolítica, sexualidade e processos de subjetivação desenvolvidos por Michel Foucault, estabelecendo interlocuções com Judith Butler (2018), Gilles Deleuze (2013) e Achille Mbembe (2018). Embora esses autores pertençam a contextos teóricos distintos, suas produções dialogam ao investigar como diferentes mecanismos de poder produzem normas, regulam condutas e influenciam a constituição dos sujeitos nas sociedades contemporâneas.

O problema que orienta esta pesquisa consiste em compreender de que maneira as formas modernas de exercício do poder produzem discursos sobre a sexualidade e influenciam a constituição das subjetividades, ultrapassando os modelos clássicos de dominação centrados exclusivamente na repressão e na soberania. Busca-se, portanto, compreender como os processos de normalização, vigilância e controle atuam na organização da vida social e como emergem formas de resistência diante desses mecanismos.

A relevância deste estudo fundamenta-se na atualidade das reflexões foucaultianas para a compreensão das transformações políticas e sociais do século XXI. O avanço das tecnologias digitais, a intensificação da vigilância algorítmica, os debates sobre diversidade sexual, identidade de gênero, direitos humanos e políticas de controle evidenciam que os conceitos de biopoder, biopolítica e subjetivação permanecem instrumentos analíticos fundamentais para compreender as dinâmicas contemporâneas do poder.

Nesse contexto, as contribuições de Judith Butler (2018) ampliam a discussão ao problematizar a construção performativa das identidades de gênero, evidenciando que as normas sociais produzem sujeitos por meio da repetição de práticas discursivas. Gilles Deleuze (2013), por sua vez, demonstra que as antigas sociedades disciplinares descritas por Foucault (2014) deram lugar às sociedades de controle, caracterizadas pela vigilância contínua e pela circulação permanente de informações. Já Achille Mbembe (2018) amplia o debate sobre a biopolítica ao desenvolver o conceito de necropolítica, destacando situações em que determinados grupos sociais passam a ser governados prioritariamente pela lógica da morte e da exclusão.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as contribuições de Michel Foucault para a compreensão das relações entre poder, biopolítica e sexualidade, estabelecendo



aproximações teóricas com Judith Butler (2018), Gilles Deleuze (2013) e Achille Mbembe (2018). Como objetivos específicos, busca-se compreender a passagem do poder soberano para o biopoder, analisar os dispositivos de sexualidade como mecanismos de produção das subjetividades, discutir as formas de resistência presentes nas relações de poder e relacionar essas reflexões aos desafios contemporâneos da sociedade.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, fundamentado na pesquisa bibliográfica e na análise documental de obras clássicas da filosofia política contemporânea. A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender criticamente conceitos que possuem caráter histórico, filosófico e social, exigindo interpretação teórica das categorias analíticas desenvolvidas pelos autores investigados.

O principal referencial teórico da pesquisa é o capítulo V da obra *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (1999), de Michel Foucault, a partir do qual são discutidos os conceitos de poder soberano, biopoder, biopolítica, dispositivos de sexualidade e processos de subjetivação. Complementarmente, foram incorporadas as contribuições de Judith Butler (2018) acerca da performatividade de gênero, de Gilles Deleuze (2013) sobre as sociedades de controle e de Achille Mbembe (2018) acerca da necropolítica, estabelecendo um diálogo interdisciplinar entre diferentes perspectivas filosóficas que investigam os mecanismos contemporâneos de produção e administração da vida.

Os procedimentos metodológicos consistiram na leitura sistemática das obras selecionadas, seguida da identificação dos principais conceitos, categorias analíticas e aproximações teóricas entre os autores. Posteriormente, realizou-se uma análise interpretativa, buscando compreender como as diferentes formas de exercício do poder influenciam os processos de subjetivação, os mecanismos de controle social e as possibilidades de resistência nas sociedades modernas e contemporâneas.

A análise dos dados foi organizada em categorias temáticas, contemplando a transformação histórica do poder soberano em biopoder, a constituição dos dispositivos de sexualidade, os processos de subjetivação, as práticas de resistência e as contribuições dos autores para a compreensão das relações entre poder, identidade e governo da vida. Essa organização possibilitou uma interpretação crítica das permanências e transformações das tecnologias de poder, evidenciando a atualidade do pensamento foucaultiano para a análise das dinâmicas políticas e sociais do século XXI.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO



A análise do capítulo V da obra *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (1999) permitiu compreender que Michel Foucault propõe uma mudança significativa na forma de interpretar o exercício do poder nas sociedades ocidentais. Diferentemente das concepções tradicionais, que associavam o poder exclusivamente à repressão, à violência ou à autoridade do Estado, o filósofo demonstra que o poder moderno atua de maneira difusa, estando presente nas relações sociais, nas instituições e nos processos de produção do conhecimento. Nessa perspectiva, a sexualidade deixa de ser entendida apenas como uma dimensão privada da existência e passa a constituir um importante objeto das estratégias de governo da vida.

Os resultados evidenciam que o poder moderno não se limita à proibição ou ao controle direto dos indivíduos. Ao contrário, ele opera mediante a produção de discursos, normas e práticas que orientam comportamentos e constroem formas específicas de subjetividade. Esse deslocamento representa uma das principais contribuições da obra foucaultiana para os estudos contemporâneos sobre poder, política e identidade.

3.1 DO PODER SOBERANO AO BIOPODER: A TRANSFORMAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE GOVERNO

Um dos principais resultados da pesquisa refere-se à transformação histórica das formas de exercício do poder. Segundo Foucault (1999), durante vários séculos predominou o chamado poder soberano, caracterizado pelo direito do governante de decidir sobre a vida e a morte de seus súditos. O exercício da autoridade fundamentava-se na punição, na repressão e na demonstração pública da força do soberano.

Entretanto, a partir dos séculos XVII e XVIII, observa-se o surgimento de uma nova racionalidade política. O interesse do Estado desloca-se da eliminação dos indivíduos para a administração da vida. Surge, então, aquilo que Foucault (1999) denomina biopoder, um conjunto de estratégias voltadas para disciplinar corpos, regular populações e administrar fenômenos biológicos, como natalidade, mortalidade, saúde pública, higiene, expectativa de vida e reprodução.

Essa transformação representa uma mudança profunda na lógica do poder. Em vez de "fazer morrer e deixar viver", característica do poder soberano, o biopoder passa a "fazer viver e deixar morrer". A preocupação central torna-se a gestão eficiente da população, considerada um recurso econômico e político fundamental para o fortalecimento do Estado moderno.

Nesse contexto, instituições como escolas, hospitais, quartéis, fábricas e prisões assumem papel estratégico. Elas deixam de ser apenas espaços administrativos e passam a funcionar como



dispositivos responsáveis pela produção de corpos disciplinados, úteis e produtivos.

3.2 BIOPOLÍTICA E GESTÃO DA VIDA

A pesquisa evidencia que o conceito de biopolítica complementa o biopoder ao explicar como os Estados modernos administram a vida coletiva. Enquanto o biopoder atua diretamente sobre os indivíduos, disciplinando seus corpos, a biopolítica volta-se para a população enquanto fenômeno biológico, estatístico e econômico.

Foucault (2014) demonstra que o desenvolvimento das ciências médicas, da estatística, da demografia e das políticas sanitárias permitiu ao Estado conhecer detalhadamente sua população, possibilitando a criação de mecanismos cada vez mais sofisticados de controle social.

Assim, campanhas de vacinação, políticas de saúde pública, regulamentação da sexualidade, controle da reprodução, planejamento familiar e organização dos espaços urbanos passam a integrar estratégias de governo da vida. Essas práticas revelam que o exercício do poder moderno depende menos da coerção física e mais da administração permanente da existência humana.

Os resultados obtidos mostram que essa lógica permanece extremamente atual. Questões relacionadas à saúde pública, vigilância epidemiológica, controle de dados populacionais e monitoramento digital demonstram que os mecanismos descritos por Foucault continuam estruturando as formas contemporâneas de governo.

3.3 OS DISPOSITIVOS DE SEXUALIDADE E A PRODUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES

Entre os principais resultados encontrados, destaca-se a compreensão do conceito de dispositivo de sexualidade, considerado por Foucault (1999) como um dos instrumentos mais importantes do biopoder.

Ao contrário da hipótese repressiva, segundo a qual a sociedade teria silenciado a sexualidade, Foucault (1999) demonstra que ocorreu exatamente o inverso: houve uma intensa produção de discursos sobre o sexo. Medicina, psicologia, pedagogia, religião, direito e educação passaram a produzir conhecimentos especializados que classificavam comportamentos, definiam normas e estabeleciam padrões considerados legítimos.

Nesse processo, a sexualidade deixa de ser apenas uma experiência individual para transformar-se em objeto de investigação científica, regulamentação jurídica e intervenção política. Os resultados demonstram que esses discursos produzem subjetividades. Em outras palavras, os indivíduos aprendem a compreender a si mesmos por meio das categorias construídas pelos próprios mecanismos de poder.



A identidade sexual, os papéis de gênero, os modelos familiares e até mesmo as formas consideradas saudáveis ou desviantes de comportamento passam a ser organizados por saberes produzidos historicamente. Dessa maneira, o dispositivo de sexualidade não atua apenas proibindo determinadas práticas, mas produzindo sujeitos capazes de reconhecer-se dentro das categorias estabelecidas pelos discursos científicos, médicos, religiosos e jurídicos.

3.4 RESISTÊNCIA E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Outro importante resultado evidenciado pela pesquisa refere-se ao conceito foucaultiano de resistência, considerado um dos elementos centrais para compreender o funcionamento das relações de poder nas sociedades modernas. Diferentemente das interpretações tradicionais, que compreendem o poder como uma força unilateral exercida exclusivamente por instituições ou por grupos dominantes, Michel Foucault (1999) afirma que o poder se manifesta por meio de relações dinâmicas, descentralizadas e presentes em todos os espaços da vida social. Consequentemente, essas relações nunca são absolutas ou definitivas, pois onde existe exercício do poder também existem possibilidades de resistência.

Essa compreensão rompe com interpretações deterministas que apresentam os indivíduos como simples receptores passivos dos mecanismos de controle social. Para Foucault (1999), o sujeito não é apenas objeto das estratégias de dominação, mas também participa ativamente da produção, da reprodução e da transformação das relações de poder. Os indivíduos reinterpretam normas, questionam discursos considerados verdadeiros, desafiam práticas de normalização e constroem novas formas de existência. A resistência, portanto, não constitui um fenômeno externo ao poder, mas emerge no interior das próprias relações que procuram governar os corpos, os comportamentos e as subjetividades.

Nessa perspectiva, os processos de subjetivação ocupam lugar central na análise foucaultiana. O sujeito não nasce com uma identidade plenamente constituída, mas é continuamente produzido pelas práticas sociais, pelos discursos institucionais e pelos mecanismos de saber e poder que organizam a vida coletiva. Entretanto, essa constituição não ocorre de maneira exclusivamente passiva. Ao mesmo tempo em que os indivíduos são atravessados pelas normas sociais, eles também desenvolvem capacidades de reflexão, crítica e transformação, produzindo modos singulares de compreender a si mesmos e de se relacionar com os outros.

Foucault (1999) demonstra que a subjetivação envolve uma permanente tensão entre sujeição e liberdade. As normas sociais procuram disciplinar os corpos e orientar comportamentos considerados aceitáveis, porém os sujeitos possuem condições de reinterpretar essas normas, atribuir-



lhês novos significados e construir formas alternativas de existência. Dessa maneira, a subjetividade constitui um espaço permanente de disputa, no qual coexistem mecanismos de controle e possibilidades de emancipação.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões desenvolvidas pelo próprio Foucault em seus estudos sobre a ética e o cuidado de si, nos quais a liberdade deixa de ser concebida como ausência de poder e passa a ser entendida como prática permanente de elaboração de si mesmo. Assim, resistir não significa simplesmente negar as relações de poder, mas produzir novas maneiras de viver, pensar e agir que desafiem os modelos hegemônicos de normalização. A resistência manifesta-se, portanto, na capacidade dos sujeitos de reinventar suas práticas, redefinir suas identidades e ampliar os espaços de autonomia dentro das próprias relações sociais.

Essa perspectiva torna-se especialmente relevante quando observada no contexto contemporâneo. Diversos movimentos sociais organizados em torno da defesa dos direitos humanos ilustram a presença dessas práticas de resistência. As mobilizações feministas, os movimentos LGBTQIA+, os movimentos negros, indígenas, quilombolas, ambientais e demais coletivos sociais constituem importantes formas de enfrentamento aos processos históricos de exclusão, discriminação e desigualdade. Ao reivindicarem reconhecimento, igualdade de direitos e participação política, esses grupos desafiam discursos historicamente naturalizados e contribuem para a construção de novas formas de cidadania e de convivência democrática.

Além disso, as resistências contemporâneas não se restringem aos movimentos sociais tradicionais. O desenvolvimento das tecnologias digitais criou novos espaços para a circulação de discursos, para a organização coletiva e para a produção de debates públicos. Redes sociais, plataformas digitais e diferentes ambientes virtuais tornaram-se importantes espaços de mobilização, denúncia e construção de identidades coletivas. Embora esses meios também sejam utilizados como instrumentos de vigilância e controle, eles possibilitam a emergência de novas formas de articulação política e de contestação das estruturas de poder.

A pesquisa também evidencia que os processos de resistência não significam a eliminação completa dos mecanismos de poder. Pelo contrário, as relações de poder permanecem presentes nas sociedades contemporâneas, assumindo constantemente novas configurações. Entretanto, as práticas de resistência produzem deslocamentos importantes nas formas de organização social, possibilitando a revisão de normas, o reconhecimento de novos sujeitos políticos e a ampliação de direitos anteriormente negados a determinados grupos sociais. Essas transformações demonstram que as relações de poder são historicamente mutáveis e permanentemente atravessadas por disputas em torno da legitimidade dos discursos, das identidades e das formas de existência.



Os resultados desta pesquisa indicam, portanto, que a resistência ocupa posição estratégica na teoria foucaultiana por revelar que o poder jamais consegue controlar completamente os indivíduos. Ao contrário, os sujeitos produzem continuamente práticas de liberdade capazes de desafiar os processos de normalização e de criar novas possibilidades de existência. Essa compreensão reforça a atualidade do pensamento de Michel Foucault (1999) para interpretar os conflitos sociais contemporâneos, evidenciando que as relações entre poder e resistência constituem processos inseparáveis na construção das subjetividades e na transformação da vida social. Dessa forma, compreender os processos de subjetivação significa reconhecer que a constituição dos sujeitos ocorre em meio a disputas permanentes entre mecanismos de controle, práticas de liberdade e possibilidades de transformação histórica.

3.5 DIÁLOGOS COM JUDITH BUTLER, GILLES DELEUZE E ACHILLE MBEMBE

A incorporação das contribuições de Judith Butler (2018), Gilles Deleuze (2013) e Achille Mbembe (2018) possibilita ampliar significativamente a compreensão das categorias analíticas desenvolvidas por Michel Foucault (1999), demonstrando que seus estudos permanecem fundamentais para interpretar os mecanismos de poder presentes nas sociedades contemporâneas. Embora cada autor desenvolva perspectivas teóricas próprias, suas reflexões estabelecem importantes aproximações com os conceitos foucaultianos de biopoder, biopolítica, subjetivação e resistência, permitindo compreender como as relações de poder continuam produzindo novas formas de controle, exclusão e constituição das identidades.

No pensamento de Judith Butler (2018), a discussão sobre gênero representa um importante desdobramento das reflexões de Foucault (1999) acerca da produção dos sujeitos. A autora critica a compreensão essencialista segundo a qual o gênero seria determinado exclusivamente pelo sexo biológico. Em sua perspectiva, as identidades de gênero são construídas social e historicamente por meio da repetição contínua de normas, práticas culturais e discursos que estabelecem padrões considerados legítimos para homens e mulheres. Dessa forma, o gênero não corresponde a uma característica natural dos indivíduos, mas constitui uma construção histórica permanentemente reproduzida pelas instituições sociais.

O conceito de performatividade, desenvolvido por Butler (2018), aproxima-se diretamente da noção foucaultiana de subjetivação. Enquanto Foucault (1999) demonstra que os sujeitos são produzidos pelos discursos e pelas relações de poder, Butler (2018) evidencia que as identidades de gênero são resultado da repetição constante de comportamentos, gestos, expressões e práticas socialmente reconhecidas como masculinas ou femininas. Assim, o sujeito não nasce portador de uma



identidade fixa; ao contrário, essa identidade é continuamente construída, reproduzida e transformada pelas normas sociais que regulam os modos de existir. Essa perspectiva permite compreender que as identidades não são estáveis, mas historicamente produzidas e constantemente passíveis de resignificação.

Além disso, Butler (2018) destaca que os discursos sobre gênero e sexualidade funcionam como mecanismos de inclusão e exclusão social. As normas culturais definem quais formas de existência são reconhecidas como legítimas e quais são marginalizadas ou invisibilizadas. Nesse sentido, a autora amplia a crítica foucaultiana ao demonstrar que as relações de poder não apenas disciplinam os corpos, mas também produzem categorias identitárias que condicionam o reconhecimento social dos indivíduos. A luta por direitos das mulheres, da população LGBTQIA+ e de outros grupos historicamente marginalizados pode ser compreendida como expressão dessas disputas em torno da construção das identidades e das possibilidades de existência.

Outra importante contribuição para a atualização do pensamento foucaultiano encontra-se na obra de Gilles Deleuze (2013). Em seu texto *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*, o filósofo argumenta que as antigas sociedades disciplinares descritas por Foucault (2014) passaram por profundas transformações ao longo do século XX. Embora as instituições disciplinares — como escolas, fábricas, hospitais, quartéis e prisões — continuem existindo, elas deixaram de ser os únicos espaços responsáveis pelo exercício do poder. Em seu lugar, desenvolvem-se formas mais flexíveis, descentralizadas e contínuas de controle social.

Segundo Deleuze (2013), as sociedades contemporâneas são marcadas pelo surgimento das chamadas sociedades de controle, nas quais o poder deixa de depender exclusivamente do confinamento físico para acompanhar permanentemente os indivíduos por meio das tecnologias digitais. O controle passa a ocorrer através da circulação de dados, da utilização de algoritmos, dos sistemas informatizados, das plataformas digitais e dos dispositivos eletrônicos presentes no cotidiano. Os sujeitos tornam-se continuamente monitorados, avaliados e classificados por mecanismos que operam de maneira quase imperceptível, mas extremamente eficaz.

Essa interpretação amplia as reflexões de Foucault (2014) ao demonstrar que o biopoder assume novas configurações na contemporaneidade. O desenvolvimento das tecnologias da informação possibilita formas inéditas de vigilância e gerenciamento da vida social, permitindo que empresas, governos e plataformas digitais acompanhem hábitos de consumo, deslocamentos, preferências políticas e comportamentos individuais. Assim, o controle deixa de estar restrito às instituições tradicionais e passa a integrar praticamente todas as dimensões da vida cotidiana, revelando novas estratégias de produção das subjetividades.



Por sua vez, Achille Mbembe (2018) desenvolve uma das mais importantes ampliações da biopolítica foucaultiana ao formular o conceito de necropolítica. Embora reconheça a importância da análise de Foucault (2014) acerca da gestão da vida, Mbembe (2018) argumenta que determinados contextos históricos demonstram que o exercício do poder continua sendo profundamente marcado pela administração da morte. Em diversas regiões do mundo, especialmente aquelas atravessadas pelo colonialismo, pelo racismo estrutural, pela pobreza extrema e pelos conflitos armados, o Estado exerce seu poder não apenas promovendo a vida, mas também definindo quais populações podem ser expostas sistematicamente à morte e à precarização da existência.

A necropolítica evidencia que o poder contemporâneo estabelece diferentes formas de valorização das vidas humanas. Algumas populações recebem proteção, acesso a direitos e condições de existência digna, enquanto outras permanecem submetidas à violência, à exclusão social, à criminalização e à vulnerabilidade permanente. Mbembe (2018) demonstra que essas práticas não ocorrem apenas em contextos de guerra, mas também em políticas de segurança pública, sistemas prisionais, processos migratórios, ocupações territoriais e situações marcadas pela desigualdade racial e econômica.

Ao dialogar com Foucault (2014), Mbembe (2018) evidencia que a biopolítica não é suficiente para explicar todas as formas contemporâneas de exercício do poder. Em muitos casos, o Estado e outras estruturas políticas não administram apenas a vida das populações, mas organizam condições em que determinados grupos são constantemente expostos à morte física, social ou simbólica. Essa perspectiva amplia significativamente o alcance das análises foucaultianas, permitindo compreender fenômenos contemporâneos relacionados ao genocídio, à violência policial, às crises humanitárias e às profundas desigualdades produzidas pelo capitalismo global.

A articulação entre Michel Foucault (1999, 2014), Judith Butler (2018), Gilles Deleuze (2013) e Achille Mbembe (2018) demonstra que as tecnologias de poder sofreram importantes transformações ao longo das últimas décadas, sem perder sua capacidade de produzir subjetividades e organizar as relações sociais. Enquanto Foucault (1999) evidencia a passagem do poder soberano para o biopoder e a centralidade da sexualidade na gestão da vida, Butler (2018) aprofunda a análise da constituição das identidades de gênero; Deleuze (2013) revela o funcionamento das sociedades de controle mediadas pelas tecnologias digitais; e Mbembe (2018) evidencia que a administração da morte permanece como elemento constitutivo das formas contemporâneas de governo.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa demonstram que essas três perspectivas não substituem o pensamento foucaultiano, mas o expandem e atualizam para compreender os desafios do século XXI. O diálogo entre esses autores possibilita uma interpretação mais ampla das relações



entre poder, corpo, identidade, tecnologia, gênero e violência, evidenciando que as formas contemporâneas de controle tornaram-se mais complexas, difusas e sofisticadas. Ao mesmo tempo, reforça-se a compreensão de que, onde existem mecanismos de poder, também permanecem presentes práticas de resistência, produção de novas subjetividades e possibilidades de transformação social.

3.6 PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

A análise realizada permitiu identificar importantes resultados que evidenciam a atualidade do pensamento de Michel Foucault (1999) para compreender as transformações das relações de poder nas sociedades modernas e contemporâneas. Os conceitos de biopoder, biopolítica, dispositivos de sexualidade e processos de subjetivação mostraram-se fundamentais para analisar os mecanismos de controle social, sendo ampliados pelas contribuições de Judith Butler (2018), Gilles Deleuze (2013) e Achille Mbembe (2018).

Entre os principais resultados obtidos, destacam-se:

- A transformação do poder soberano em biopoder representa uma mudança significativa nas formas de governo das sociedades modernas. O foco deixa de ser exclusivamente o direito de decidir sobre a vida e a morte para concentrar-se na administração da vida, utilizando mecanismos de disciplina, vigilância e regulamentação das populações.
- A sexualidade constitui um dos principais dispositivos de exercício do poder, funcionando como instrumento de produção de saberes, regulamentação dos comportamentos e construção das subjetividades. Os discursos produzidos por instituições como a medicina, a escola, a religião e o direito estabelecem padrões de normalidade que influenciam diretamente a forma como os indivíduos compreendem seus corpos, desejos e identidades.
- O biopoder atua principalmente pela gestão da vida, utilizando instituições sociais, práticas científicas e políticas públicas para disciplinar os corpos e organizar a população. O controle deixa de ocorrer apenas pela repressão e passa a operar por meio da produção de conhecimentos, normas e estratégias permanentes de regulação social.
- Os processos de subjetivação demonstram que os indivíduos são simultaneamente produzidos pelas relações de poder e capazes de desenvolver práticas de resistência. Embora sejam influenciados pelas normas sociais, os sujeitos possuem capacidade de questioná-las, reinterpretá-las e construir novas formas de existência, evidenciando que poder e resistência coexistem nas relações sociais.
- O diálogo entre Michel Foucault (1999, 2014), Judith Butler (2018), Gilles Deleuze (2013) e Achille Mbembe (2018) amplia a compreensão das formas contemporâneas de poder. Butler



(2018) aprofunda a análise da construção das identidades de gênero; Deleuze (2013) demonstra o surgimento das sociedades de controle, marcadas pela vigilância digital; e Mbembe (2018) amplia a discussão sobre a biopolítica ao desenvolver o conceito de necropolítica, evidenciando que determinados grupos continuam submetidos a políticas de exclusão e vulnerabilidade.

Os resultados obtidos confirmam a relevância do pensamento foucaultiano para interpretar as transformações políticas, sociais e culturais do século XXI. As relações entre poder, saber, sexualidade e subjetividade permanecem centrais para compreender os mecanismos contemporâneos de controle, enquanto o diálogo com Butler (2018), Deleuze (2013) e Mbembe (2018) amplia essa análise ao incorporar discussões sobre performatividade, tecnologias digitais, vigilância e necropolítica. Dessa forma, conclui-se que essas contribuições oferecem um importante referencial teórico para compreender tanto as novas formas de governo da vida quanto às possibilidades permanentes de resistência e transformação social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições de Michel Foucault (1999) para a compreensão das relações entre poder, biopolítica, sexualidade e processos de subjetivação, estabelecendo um diálogo com as reflexões de Judith Butler (2018), Gilles Deleuze (2013) e Achille Mbembe (2018). A partir da análise do capítulo V da obra *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (1999), foi possível compreender que as formas modernas de exercício do poder não se restringem aos mecanismos tradicionais de repressão ou coerção, mas atuam principalmente por meio da produção de discursos, saberes e práticas que regulam a vida social e constituem os sujeitos.

A pesquisa permitiu identificar que a passagem do poder soberano para o biopoder representa uma das transformações mais significativas da modernidade. Enquanto o poder soberano era caracterizado pelo direito de decidir sobre a vida e a morte dos indivíduos, o biopoder desloca sua atuação para a administração da vida, buscando disciplinar os corpos e regular as populações. Nesse contexto, a sexualidade assume posição estratégica, tornando-se objeto privilegiado das intervenções políticas, científicas, médicas e educacionais.

Os resultados também demonstraram que os dispositivos de sexualidade constituem importantes mecanismos de produção das subjetividades. Ao produzir discursos sobre o sexo, o gênero, a família e os comportamentos considerados normais ou desviantes, esses dispositivos participam da construção das identidades e influenciam diretamente as formas pelas quais os



indivíduos compreendem a si mesmos e se inserem na sociedade. Assim, a sexualidade deixa de ser compreendida apenas como uma dimensão privada da existência para assumir uma função central na organização das relações sociais e políticas.

Outro aspecto relevante identificado pela pesquisa refere-se às possibilidades de resistência presentes nas relações de poder. Conforme argumenta Foucault (1999), onde existe poder também existem formas de enfrentamento e transformação. Os sujeitos não são constituídos apenas por processos de sujeição, mas também desenvolvem práticas de liberdade capazes de questionar normas estabelecidas, produzir novos discursos e ampliar possibilidades de existência. Essa compreensão evidencia que o poder não atua de maneira absoluta, sendo constantemente atravessado por conflitos, negociações e disputas sociais.

O diálogo estabelecido com Judith Butler (2018) permitiu aprofundar a compreensão acerca da construção social das identidades de gênero, demonstrando que a performatividade amplia a discussão foucaultiana sobre os processos de subjetivação. As contribuições de Gilles Deleuze (2013) evidenciaram que as tecnologias contemporâneas produziram novas formas de vigilância e monitoramento contínuo, características das sociedades de controle. Por sua vez, Achille Mbembe (2018) ampliou a análise da biopolítica ao demonstrar que determinados grupos sociais permanecem submetidos a políticas orientadas pela administração da morte, fenômeno que o autor denomina necropolítica.

Essas aproximações teóricas evidenciam que as contribuições de Foucault (1999) permanecem extremamente atuais para compreender os desafios políticos e sociais do século XXI. A expansão das tecnologias digitais, o crescimento da vigilância algorítmica, os debates sobre diversidade sexual e identidade de gênero, bem como as desigualdades sociais e raciais presentes em diferentes contextos, demonstram que os mecanismos de poder continuam produzindo formas complexas de controle, exclusão e normalização.

Dessa maneira, conclui-se que o pensamento foucaultiano continua sendo um importante instrumento analítico para compreender a constituição histórica das subjetividades e as transformações das tecnologias de poder. O diálogo com Butler (2018), Deleuze (2013) e Mbembe (2018) amplia significativamente essa perspectiva ao incorporar discussões sobre performatividade, controle digital e necropolítica, possibilitando uma interpretação mais abrangente das dinâmicas contemporâneas de governo da vida, dos corpos e das populações.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das pesquisas sobre biopolítica, sexualidade e subjetivação, estimulando novas investigações que relacionem o pensamento de Michel Foucault às transformações sociais, tecnológicas e políticas da



contemporaneidade. Compreender essas relações torna-se fundamental para refletir criticamente sobre os processos de produção das identidades, das diferenças e das formas de resistência que caracterizam as sociedades atuais.

REFERÊNCIAS

BUTTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DELEUZE, Gilles. **Conversações: 1972–1990**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.